

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO

Portaria nº 911, de 23 de setembro de 2019.

Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no art. 54, caput e inciso III, c/c o inciso I, alínea a do art. 55 da Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal,

RESOLVE:

Art. 1º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão, que se refere ao 2º Quadrimestre de 2019, compreendendo o Demonstrativo da Despesa com Pessoal e dos Limites de Despesa com Pessoal em cumprimento ao Item 9.4 do Acórdão 553/2017 - TCU-Plenário, referentes ao período de setembro 2018 a agosto de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Luís, 23 de setembro de 2019.

Des. **Cleones Carvalho Cunha**
Presidente

Anexos

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO DE 2018 A AGOSTO DE 2019

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS ¹ (b)
	Set/18	Out/18	Nov/18	Dez/18	Jan/19	Fev/19	Mar/19	Abr/19	Mai/19	Jun/19	Jul/19	Ago/19	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	12.330.524,99	14.030.353,21	22.561.610,84	17.808.318,68	15.784.688,83	12.616.371,06	12.302.949,69	12.395.934,63	12.325.029,04	12.682.935,34	12.613.762,47	12.301.437,54	169.753.916,32	-
Pessoal Ativo	10.946.948,62	12.627.801,07	20.090.538,22	16.312.191,41	13.541.661,31	11.053.414,14	10.782.611,79	10.875.596,73	10.821.845,09	11.145.301,27	11.025.455,86	10.691.135,37	149.914.500,88	-
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	9.578.818,52	11.255.925,78	17.664.424,89	14.884.328,35	12.074.490,20	9.527.766,56	9.302.888,74	9.458.194,96	9.402.324,14	9.714.780,08	9.605.371,55	9.271.496,51	131.740.810,28	-
Obrigações Patronais	1.368.130,10	1.371.875,29	2.426.113,33	1.427.863,06	1.467.171,11	1.525.647,58	1.479.723,05	1.417.401,77	1.419.520,95	1.430.521,19	1.420.084,31	1.419.638,86	18.173.690,60	-
Benefícios Previdenciários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pessoal Inativo e Pensionistas	1.383.576,37	1.402.552,14	2.471.072,62	1.496.127,27	2.243.027,52	1.562.956,92	1.520.337,90	1.520.337,90	1.503.183,95	1.537.634,07	1.588.306,61	1.610.302,17	19.839.415,44	-
Aposentadorias, Reserva e Reformas	902.239,23	921.121,19	1.560.312,90	996.603,99	1.484.183,51	1.022.979,85	1.020.535,10	1.020.535,10	1.003.381,15	1.003.381,15	1.074.744,21	1.096.739,77	13.106.757,15	-
Pensões	481.337,14	481.430,95	910.759,72	499.523,28	758.844,01	539.977,07	499.802,80	499.802,80	499.802,80	534.252,92	513.562,40	513.562,40	6.732.658,29	-

Outros Benefícios Previdenciários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	1.383.576,37	1.402.552,14	2.625.412,65	3.050.425,87	2.243.027,52	1.562.956,92	1.520.337,90	1.520.337,90	1.503.183,95	1.538.108,93	1.812.859,69	1.610.302,17	21.773.082,01	-	-	-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	-	-	154.340,03	1.656.209,21	-	-	-	-	-	474,86	224.553,08	-	2.035.577,18	-	-	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	1.383.576,37	1.402.552,14	2.471.072,62	1.394.216,66	2.243.027,52	1.562.956,92	1.520.337,90	1.520.337,90	1.503.183,95	1.537.634,07	1.588.306,61	1.610.302,17	19.737.504,83	-	-	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	10.946.948,62	12.627.801,07	19.936.198,19	14.757.892,81	13.541.661,31	11.053.414,14	10.782.611,79	10.875.596,73	10.821.845,09	11.144.826,41	10.800.902,78	10.691.135,37	147.980.834,31	-	-	-
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL							VALOR					% SOBRE A RCL				
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)							829.157.292.075,07									
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)							147.980.834,31					0,017847				
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)							230.837.390,11					0,027840				
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)							219.295.520,61					0,026448				
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)							207.753.651,10					0,025056				

FONTE: Sistema SIAFI, Unidade Responsável COFIC/SOF/TSE, Data da emissão 23 de setembro de 2019 às 15:00hs.

¹Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

NOTAS:

1. Limites Máximo e Prudencial estabelecidos pela Portaria TSE nº 385/2013.
2. Valor da RCL referente à Portaria STN n. 633, de 18 de setembro de 2019.

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-PLENÁRIO. ITEM 9.4
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 SETEMBRO DE 2018 A AGOSTO 2019

R\$ 1,00

				DESPESAS EXECUTADAS	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)				169.753.916,32	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)				21.773.082,01	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)				147.980.834,31	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL					
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)				829.157.292.075,07	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III / IV)*100				0,017847%	
				% DA RCL	VALOR
LIMITE MÁXIMO	LRF, art. 20, incisos I, II e III			0,027920%	231.500.715,95
	Resol CNJ 5/2005	Ato decorrente:	Portaria TSE nº478, de 26 de setembro de 2005	0,027892%	231.268.551,91
	Resol CNJ 26/2006	Ato decorrente:	-	-	-
	Resol CNJ 177/2013	Ato decorrente:	Portaria TSE nº 385, de 22 de agosto de 2013	0,027840%	230.837.390,11
	Justiça do Trabalho / Ato Conjunto TST.CSJT/2015			-	-

\1 Preencher apenas no caso de os limites do Órgão terem sofrido alteração em virtude das citadas Resoluções do Conselho Nacional de Justiça

\2 Indicar o Ato/Portaria que alterou os limites individuais do Órgão em decorrência da respectiva Resolução do Conselho Nacional de Justiça

\3 Campo a ser preenchido pelos Tribunais da Justiça do Trabalho

Francisco Petrônio Nepomuceno Lopes
 Coordenador de Controle Interno Substituto

Débora Márcia Soares Vêras
 Secretária de Administração e Finanças

Des. Cleones Carvalho Cunha
 Presidente